

**DIREITOS HUMANOS /** Comissão da CLDF recebeu, apenas em outubro, 87 queixas de detentos da Papuda. Ordem dos Advogados afirma que não há como ressocializar presos do DF nas atuais condições de encarceramento

# Órgãos denunciam violações

» PABLO GIOVANNI

**R**elatório de denúncias de violações dos direitos humanos no sistema prisional no Distrito Federal, elaborado pela Câmara Legislativa (CLDF), mostra que, de 2019 a agosto de 2023, 2.143 ocorrências de detentos foram encaminhadas à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Ética e Decoro Parlamentar da Casa. Os números são consequência do crescimento da população carcerária na capital federal, onde há 16.933 detentos acomodados em 7.885 vagas, do Complexo Penitenciário da Papuda.

O relatório traz o detalhamento de ocorrências de 2019 a 2022 — o número de 2023 ainda não foi especificado pela comissão. No período, os tipos de queixas recebidas pelos distritais são variados, mas as mais recorrentes são de torturas cometidas por agentes penais (532); a falta de visitas e incomunicabilidade com membros da família (443); a má qualidade da alimentação fornecida e condições de higiene (261); e a falta de assistência à saúde (257).

Conforme o levantamento, em 2020, por ocasião da pandemia de covid-19, a maior demanda dos detentos foi relacionada à saúde. O documento traz que nesse período, 197 denúncias de detentos foram encaminhadas aos distritais, que citavam medo por risco de transmissão da doença e a falta de vacinação. De acordo com o levantamento mais recente, de abril de 2020 a outubro deste ano, oito presos morreram em decorrência do coronavírus — não tendo sido registradas mortes em 2022 e em 2023.

Existem outras reclamações dos detentos. Entre as principais denúncias, estão a de falta de água; “bate fundo” — quando roupas e pertences dos detentos são extraídos; falta de medicação; além da própria superlotação das celas, com condições precárias; entre outros. Somente em outubro, 87 denúncias foram apresentadas à comissão — média de 2,8 por dia.

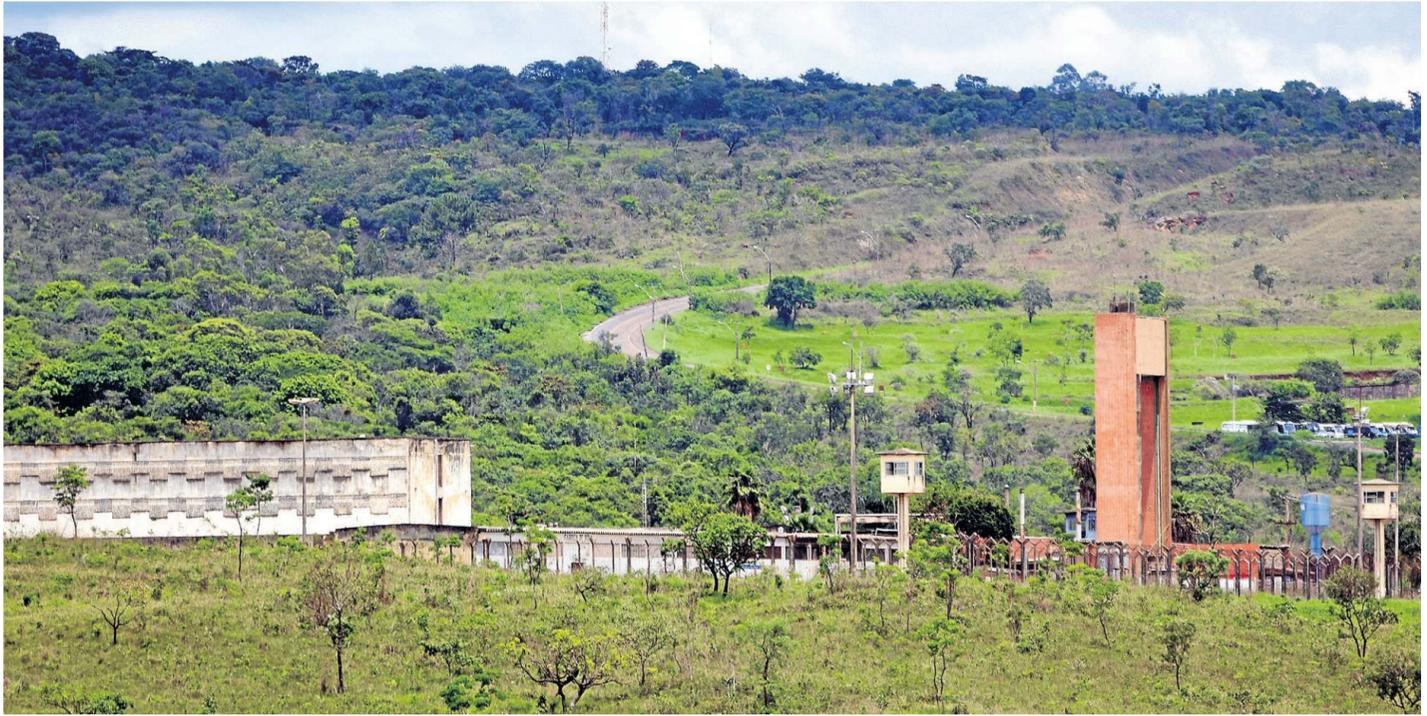
## Tortura e mortes

O documento mostra que, com exceção de 2020, a maior reivindicação dos demais anos eram sobre constantes casos de tortura e maus tratos. Uma das cartas que a reportagem obteve com exclusividade é de um detento, que menciona estar escrevendo a mensagem por conta da realidade sofrida dentro da Penitenciária I, do Complexo Penitenciário da Papuda. O detento que não se identifica no texto, para evitar represálias, cita que são tratados que nem “bichos” pelos policiais penais.

“Diariamente, falta alimento nas celas. De dois meses pra cá, todos os dias a ‘xepa’ do almoço vem azeda, os alimentos da cantina estão sendo cancelados aos poucos e a nossa visita que antes era de 15 em 15 dias com duração de seis horas, hoje está sendo de 21 em 21 dias com duração de apenas uma hora sem parlatório”, escreveu o detento.

O detento acrescenta que os presos não passam fome, mas que a comida fornecida não supre a necessidade deles. “Nós não estamos passando fome, mas a alimentação que nos é fornecida, não supre as nossas necessidades. Da forma que a polícia fala, até parece ser muito;

ED ALVES/CB/D.A.Press



Com 9 mil vagas, Penitenciária do Distrito Federal tem mais de 16 mil presos. Em carta, detentos relatam maus-tratos e denúncias apontam para tortura

duas ‘xepas’, dois pães, um suco, um Toddy, mas a nossa realidade é outra. A ‘xepa’ que eles relatam vir com 600 gramas, 300 é de xuxu (sic) ou de outros tipos de vegetais desconhecidos (...) O que era para ser um lugar de ressocialização, está se transformando em um barril de pólvoras, cheio de ódio e sofrimento prestes a explodir. Portanto, como é de conhecimento de ambas as partes, nós não temos força aqui dentro”, completa o detento, que pediu que a corrente se espalhe em outras celas, por meio do grupo de “WhatsApp” que existe dentro do complexo entre os presidiários.

Além dessa e de outras cartas, o relatório mostra casos em que a comissão precisou agir, como na prisão do ativista filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) Rodrigo Grassi Cademartori, o Rodrigo Pilha. Em abril de 2021, o ativista ficou preso no Centro de Detenção Provisória II, no Distrito Federal, após ter sido detido em uma manifestação por supostamente associar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao nazismo. Pilha deixou a Papuda em julho, e relatou ter sido torturado por três policiais penais.

Outro caso é o do interno Leandro Oliveira Silva, que teria sofrido torturas por parte de agentes, que teriam omitido prestar socorro, levando o preso ao óbito. A comissão cita que, conforme relatos, Silva passou mal e os internos que dividiam a mesma cela solicitaram socorro. O preso teria sido levado a uma sala fria, com apenas a roupa do corpo. Segundo testemunhas disseram à comissão, o detento passou por frio intenso e foi encaminhado a uma unidade de saúde apenas seis horas depois. Ele morreu no Hospital Regional da Asa Norte.

## Responsabilidade

Para o presidente da comissão, deputado distrital Fábio Felix (PSol), a situação do sistema prisional é uma tragédia humanitária. Ele relembra que a comissão não tem poder de investigar denúncias, e

que sempre pede a apuração dos órgãos competentes nas queixas recebidas. O cenário, na visão do parlamentar, atrapalharia a ressocialização. “Depois da pandemia, as visitas não voltaram à normalidade. Elas não conseguem fazer as visitas de forma regular, com a entrada de alimentos, além de levar os filhos para verem os pais. Isso gera uma limitação do direito à visita, e sabemos que ela é um dos momentos mais importantes no processo de ressocialização”, afirma.

“Se a ideia do sistema é de ressocializar, é preciso que tenha acesso à educação, profissionalização, atendimento psicossocial. É um sistema muito caro, mas que não entrega para a sociedade o seu objetivo: responsabilizar pelos crimes cometidos, mas ao mesmo tempo devolver pessoas melhores à sociedade do que elas entraram ali”, pontua o distrital.

Os presidentes das Comissões de Assuntos Penitenciários e de Direitos Humanos da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Idamar Borges Vieira e Adrielle Brendha Macedo Maturino, respectivamente, citam que na capital federal, o cenário apresentado nas unidades prisionais gera consequências que afetam em todos os graus, a dignidade da pessoa humana. “Dentre as principais e a título de exemplo, a insuficiência do Estado em arcar com as responsabilidades derivadas do exercício do seu poder de punir, como o fornecimento de uma alimentação que não consegue observar as balizas de qualidade ou quantidade mínimas ao estipular valores contratuais potencialmente inexequíveis com a finalidade de atender uma população maior do que poderia comportar em seus muros”, explicam.

“Outra é a impossibilidade de prover atendimento à saúde e educação a todos, diante da insuficiência, em termos quantitativos, do quadro funcional dos profissionais que desempenham suas funções no sistema penitenciário, visto que a população carcerária ultrapassa



**Se a ideia é de ressocializar, é preciso que tenha acesso à educação, profissionalização, atendimento psicossocial. É um sistema muito caro”**

**Fábio Felix,**  
presidente da CDH da CLDF



**Não há como garantir direitos, sobretudo os fundamentais, em um espaço ocupado com pessoas para além da sua capacidade”**

**Idamar Borges Vieira e Adrielle Brendha Macedo Maturino,**  
presidentes das comissões de Assuntos Penitenciários e Direitos Humanos da OAB-DF

os limites, minimamente. Além da notória sobrecarga da polícia penal que, além de tentar desempenhar as suas funções como responsáveis das garantias dos direitos humanos intramuros, precisam sustentar, também com déficit em seu quadro funcional, todos os problemas decorrentes da superlotação sem apoio estatal no seu plano de carreira e na assistência psicossocial”, citam. “Note-se que os exemplos elencados fazem parte de uma lógica trágica do sistema: não há como garantir direitos,

sobretudo os fundamentais, em um espaço ocupado com pessoas para além da sua capacidade. Se não há sequer espaço para abarcar as pessoas privadas de liberdade, é impossível dizer que haverá espaço para uma alimentação adequada, educação, saúde, trabalho e visitas”, pontuam os advogados.

Os juristas ainda revelam que, dadas as circunstâncias do atual contexto do sistema prisional, não há a mínima possibilidade de ressocialização dos detentos, seja pela falta de políticas públicas ou quadros funcionais com profissionais responsáveis pela garantia dos direitos. “Não temos psicólogos, pedagogos, profissionais de saúde, policiais penais e outros profissionais, em termos quantitativos, suficientes para cumprir com o disposto na Lei de Execução Penal e no Código Penitenciário do Distrito Federal, no tocante à reintegração social e a garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade”, pontuam.

“A título de exemplo, se temos, aproximadamente, 9 mil vagas para as espécies legais de custódia, é para essa quantidade que o Estado se projeta. Em contrapartida, ocupamos as 9 mil vagas com um número aproximado de 16 mil pessoas. A simples conta matemática revela um problema crítico em uma fórmula objetiva. Agora, imaginemos a transposição da conta matemática para a subjetividade do ser humano, com todas as suas necessidades, e a imprescindibilidade de uma existência digna”, acrescentam os presidentes.

Como parte de solução para os problemas, os distritais sugeriram o videomonitoramento do sistema prisional, adquirindo e inserindo câmeras corporais em policiais penais. As gravações de vídeo, segundo o projeto, podem servir como evidência em investigações internas ou criminais de incidentes que ocorrem dentro das prisões. O projeto tramita na Comissão de Segurança.

## Relatório

Em paralelo, há um relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), divulgado em agosto — mesmo período do levantamento apresentado pela CLDF — que visitou quatro unidades de privação de liberdade no Distrito Federal em março de 2022, sendo inspecionada duas unidades socioeducativas, uma unidade da rede de atenção psicossocial e uma unidade de longa permanência para idosos.

O documento, de 155 páginas, veiculado pelo Ministério dos Direitos Humanos, sugere 53 recomendações aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na capital federal, o relatório cita que o uso de algemas é considerado regra e não a exceção no sistema socioeducativo do DF. Segundo o órgão, os agentes penitenciários utilizam sempre a justificativa de segurança e da iminente fuga, “fazendo parecer que as unidades estão o tempo todo em um estado de pré-rebelião”. O uso indiscriminado de algemas não obedece determinações do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nas inspeções, o MNPCT revelou estar evidente a prática de torturas e sanções coletivas. Aos inspetores, detentos contaram que dentro das unidades, há humilhação por parte dos agentes, e que a todo custo são castigos em função dos atos que respondem. Eles também apontam que há o uso abusivo e indiscriminado de espargidor contra adolescentes dentro do veículo de transporte, causando ardência nos olhos e nariz, além de irritação no sistema respiratório.

Uma das soluções propostas pelo órgão é a contratação de profissionais capacitados no atendimento, como equipes multiprofissionais para efetivação da desinstitucionalização e cuidado terapêutico, além de mudanças na metodologia cotidiana dos agentes. Procurada, a Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF) não respondeu aos questionamentos até o fechamento desta reportagem.

## SEGURANÇA

# PM e comparsa presos no Entorno

» DARCIANNE DIOGO

Apontados como integrantes do Comando Vermelho (CV), facção do Rio de Janeiro, um policial militar da reserva da Bahia e um comparsa são suspeitos de alimentar o tráfico de drogas e armas na região de Jacobina, na Bahia. O subtenente Ubirajara Ferreira de Requião, 49 anos, e Bernardino Nunes de Lima Neto, 48, foram mortos ao entrarem em confronto com policiais do

Comando de Operações de Divisões (COD) de Goiás, na terça-feira, em Cristalina, no Entorno do DF.

A dupla carregava mais de 20 tablets de drogas e três armas de fogo em uma Hilux. A suspeita é de que os dois iriam até Minas Gerais buscar mais carregamentos. Ubirajara era quem conduzia a caminhonete. O subtenente entrou para a reserva remunerada em novembro de 2022, segundo decreto publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia.

Tanto o subtenente quanto Bernardino são de Jacobina. Segundo informações repassadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), o PM era temido e conhecido como o “terror do Sertão”. Bernardino, por sua vez, tem uma empresa de materiais de construção cadastrada no nome, a Premolages Pedra de Esquina. O estabelecimento funcionou por quase quatro anos, mas fechou por omissão de declarações.

## Roubo

Na carreira, Bernardino também trabalhou em uma transportadora de valores e como vigilante de um banco. Em 2017, no cargo de vigilante, ele orientou uma quadrilha para um roubo no Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) de Serrolândia (BA). Outras cinco pessoas foram presas. Com base no processo que tramita na Justiça, o grupo subtraiu mais de R\$ 128 mil.



Comparsas morreram após troca de tiros com PM de Goiás